

As Mulheres no Mundo do Trabalho: Ação das Mulheres, no Setor Fabril, para a Ocupação e Democratização dos Espaços Público e Privado

Cíntia Maria Teixeira¹
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO - Este trabalho consiste em fragmentos de um estudo sobre os sentidos do trabalho e do curso técnico de vestuário na vida das mulheres da cidade de Divinópolis/MG, cuja profissionalização está vinculada ao curso pós-técnico de vestuário do CEFET/EnED – Divinópolis/MG. Foram feitos três grupos focais, sendo um com estudantes do primeiro ano do curso de técnico de vestuário do CEFET-UnED/Divinópolis-MG, o segundo com técnicas formadas no curso e o terceiro com integrantes dos grupos citados anteriormente. As transcrições das discussões de grupo foram submetidas à análise do discurso. As análises apontam que a feminização da profissão e a desvalorização do trabalho feminino perpassam a divisão clássica entre os espaços público e privado. Perceber a feminização como produto de construções sociais pode inviabilizar a organização de um movimento das mulheres trabalhadoras, inclusive do setor de vestuário, na busca de remuneração adequada e reconhecimento de seu trabalho.

Palavras-chave: trabalho; sentido do trabalho; gênero; emancipação; precarização.

Women in the World of Work: Women's Action at Industry for the Occupation and the Democratization of Public and Private Spaces

ABSTRACT - This article consists of a piece of a study on the meanings of work and on the technical clothing course in the Divinópolis/MG's women's life, whose professionalization is tied to CEFET/EnED's post-technical clothing course at Divinópolis/MG. Three focal groups were proposed. The first focal group was composed by first-year-students of the technical clothing course; the second group, by women who have graduated in the same course; and the third group, by women from the previous two groups. The transcriptions of the group discussions were submitted to discourse analysis. The analyses suggest that this profession feminization and the feminine work devaluation are related to the classical division public-private. Perceiving feminization as a product of social constructions may hinders the organization of a working women movement, including the clothing sector, in searching of adequate remuneration and acknowledgment of their work.

Keywords: work; meaning of work; gender; emancipation; precariousness.

Não podemos ficar quietas no meio desta luta! Devemos estar ao lado dos nossos companheiros na rua, como estamos quando trabalhamos na fábrica. Temos que lutar juntos contra a burguesia que tira a nossa saúde e nos transforma em trapos humanos!
Galvão, P. (1995)

A Revolução Industrial Inglesa no século XVIII, no bojo da ascensão do capitalismo, introduziu uma profunda mudança na concepção de trabalho. Antes desvalorizado e repudiado por ser realizado por servos e escravos, o trabalho passou a ser valorizado, representando a liberdade das pessoas na medida em que, por meio dele, poder-se-ia criar e transformar as coisas. Para Marx (1867/1968), o trabalho produtivo é a premissa da existência humana. Por meio do trabalho, tanto as pessoas quanto a sociedade se desenvolvem. Nesse sentido, o trabalho pode ser uma atividade libertadora e, assim, tornar-se um dos fatores de auto-realização humana.

Por meio da força de trabalho, como bem apontou Marx (1867/1968), pode-se produzir o necessário para a subsistência humana. Entretanto, a mesma mão-de-obra, num segundo momento, produz a mais-valia, o trabalho-excedente,

cujos resultados se revertem diretamente em benefício da produção social em detrimento do trabalhador (Martins, 2005). O que a história nos mostra são trabalhadoras/es assalariadas/os, cada vez mais alienadas/os e exploradas/os, trazendo à tona uma profunda questão existencial, uma vez que o trabalho perde sua característica de atividade fundamental, objetiva e humanizadora, cujos resultados retornariam diretamente em benefício do indivíduo que trabalha.

O trabalho, nos domicílios ou em lugares públicos, sempre esteve presente na vida das mulheres. O trabalho doméstico, realizado em espaço privado, dentro de suas casas, continua sendo o lugar prioritário de atuação das mulheres. Tradicionalmente, as mulheres eram as trabalhadoras de produtos têxteis por excelência, incluindo fios, tecidos, bordados, rendas e, particularmente, peças do vestuário. Segundo Macedo (1985), “por todo o período de transição, que antecede o surgimento e expansão da grande indústria na Inglaterra (no século XVIII), as mulheres bordam, fazem crochê, bordados brancos, pontos de renda e seguem urdindo,

1 Endereço para correspondência: cintiapsique@yahoo.com.br.

fiando e tecendo, principalmente a domicílio” (p. 16). Com o advento da maquinaria assistimos à exacerbação da divisão sexual do trabalho.

As transformações engendradas pelo sistema de máquinas, acompanham modificações a nível da divisão do trabalho. Por um lado, as máquinas exigem operários qualificados, aqueles que ficarão a cargo da manutenção e do conhecimento técnico relativo à produção. Por outro, a ampliação da divisão do trabalho requer trabalhadores especializados – não qualificados, no sentido de não deterem o conhecimento técnico da produção, bem como trabalhadores auxiliares. Estas categorias serão os novos operadores das máquinas. (Macedo, 1985, p.18)

No período da industrialização, as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, sendo delas grande parte das funções e lugares não qualificados. A divisão do trabalho estabeleceu-se assim com a justificativa de que as mulheres não detinham o conhecimento técnico para supervisionar os serviços. São essas posições fragmentadas do saber fazer e do ter o conhecimento técnico para determinado ofício, e, conseqüentemente, a valorização e remuneração dos respectivos trabalhos, que fazem com que as mulheres se organizem na tentativa de estabelecer relações igualitárias entre homens e mulheres no mundo do trabalho. A presença das mulheres no mercado de trabalho representou uma mudança significativa na história. O trabalho, fora de casa, constituiu um importante mediador para que as mulheres exercessem atividades além dos muros de suas residências, ocupando posições sociais e determinadas atividades profissionais até então permitidas e validadas única e exclusivamente para homens.

Durante a primeira guerra mundial, além da função de enfermagem, as mulheres ocuparam postos de trabalho nas indústrias de confecção, produzindo uniformes para soldados, paraquedas e outros artigos têxteis e para o vestuário. Foi o caso, por exemplo, na Alemanha, na França e na Inglaterra. As mulheres foram solicitadas também nos meios rurais, setor de extrema importância para a sobrevivência da população e que não poderia paralisar suas atividades enquanto a guerra persistia. Esses primeiros trabalhos executados pelas mulheres, e reconhecidos pela sociedade, eram desempenhados em troca de uma refeição ou de uma quantia irrisória de dinheiro. Segundo Thebaud (1991), em 1914, após o início da guerra, as mulheres já ocupavam 40% dos postos de trabalho e em julho de 1915 ocupavam aproximadamente 80% da mão de obra, exercendo papéis de enfermeiras, camponesas e comerciantes, e executando atividades nas indústrias têxteis.

Simbolicamente, a guerra revivifica os mitos da mulher salvadora e consoladora, mais do que comprova as capacidades femininas. Salvo para as feministas, que, em cada país, põem em evidência a eficácia do trabalho feminino e tentam, com mais ou menos insistência, assimilar a mobilização das mulheres à dos homens pela utilização de um vocabulário militar. (Thebaud, 1991, p. 46)

Segundo Bruschini (1985), no final do século XX houve uma sistematização da divisão dos espaços onde o trabalho acontecia. De um lado, o trabalho doméstico representando a esfera privada e, do outro lado, as diversas unidades de

produção presentes na esfera pública. Essa fragmentação correspondeu também à divisão sexual do trabalho. Ao homem competia o trabalho produtivo, remunerado, reconhecido socialmente e fora dos domicílios. Para as mulheres restaram as tarefas da casa, a educação dos filhos e a maternidade, que era responsável pela reprodução da força de trabalho. Todos esses trabalhos eram desempenhados pelas mulheres sem qualquer remuneração. A revolução industrial, as guerras mundiais, o advento da automação e a produção cada vez mais acelerada no mundo da moda não trouxeram para a indústria do vestuário o impacto de suas inovações, nem o reconhecimento da mão de obra e a libertação do fardo do trabalho para mulheres e homens. A divisibilidade e especificidade do processo de produção na indústria do vestuário dificultam a estandardização e a objetividade pretendida pelos detentores do capital na obtenção de lucros. Dessa forma, o binômio mão de obra e capital escraviza e oprime absurdamente as/os trabalhadoras/es desse ramo (Fonseca, 2000). Mesmo que essas características sejam facilmente detectadas na indústria do vestuário, podemos afirmar que esse quadro não é determinado apenas por características econômicas e históricas, mas por distinção e construções sociais e espaços possíveis ocupados pelas diferenças de gênero.

Segundo Abramo (2000), na América Latina, entre a década de 1970 a 1990, houve um aumento da participação feminina no mercado de trabalho, bem como das horas diárias e semanais dedicadas ao trabalho. Há uma continuidade das trajetórias laborais e aumento dos anos de vida economicamente ativos. Nesse mesmo período, o nível de instrução das mulheres é superior ao dos homens no mercado de trabalho. A segregação ocupacional e a diferença salarial persistem, mas em menor escala. Por outro lado, a taxa de desemprego das mulheres continua sendo significativamente superior à dos homens e verifica-se o aumento da presença feminina nas ocupações precárias e pouco valorizadas socialmente.

No ideário capitalista, o reconhecimento está amplamente ligado à gratificação monetária e uma das maneiras de alcançá-lo é por meio do emprego, que é uma das formas de trabalho, ou seja, é o trabalho assalariado. Por meio do emprego podemos satisfazer as necessidades construídas socialmente e que são muitas vezes alheias a/ao trabalhadora/or. Logo, o trabalho na forma de emprego não permite que o trabalhador desenvolva livremente seus potenciais; o trabalho não é voluntário, e sim coercivo. O emprego nos aponta para a dimensão da exploração presente nas relações capital-trabalho e nas relações de gênero. Muitas mulheres, como forma de resistência, ainda rejeitam o emprego fora de seus domicílios por entenderem que o trabalho no espaço público é um mundo masculino, além de alienado, onde a mulher estará submetida à opressão e exploração. Mas por outro lado, as mulheres foram para o mundo do trabalho por razões econômicas, igualdades de direitos e construção de suas cidadanias.

Arendt (1958/2005) afirma que os marxistas, fascinados pela era moderna, entendem todo labor como trabalho e falam do *animal laborans* em termos muito mais adequados ao *homo faber*. Acrescenta, ainda, que Marx não compreendeu que a estrutura monárquica do estado-nação estava obsoleta e quais as conseqüências e as providências que a humanidade deveria tomar para recuperar o espaço político e a condição

de cidadão. Esse fascínio de Marx pela era moderna pode ter acentuado uma opressão de classes na qual o trabalho de alguns seria a sobrevivência de toda uma humanidade. Arendt designa três atividades fundamentais para a condição humana e afirma que todas elas têm alguma relação com a política. Essa autora utiliza a expressão *vita activa* para representar as atividades básicas que o ser humano deve empenhar-se: o labor, o trabalho e a ação.

*O labor assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. O trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida em que se **empenha em fundar e preservar corpos políticos**, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história.* (Arendt, 1958/2005, p. 16, grifo meu).

O labor é a atividade que se relaciona às necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo ser humano nas atividades preeminentes ao processo da vida. O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, é o resultado das construções sociais a favor da mundanidade, diferindo do labor pela artificialidade das coisas. A ação, atividade mais importante que medeia todas as outras condições básicas da existência humana, é exercida por mulheres e homens, não tem relação com as coisas ou matérias e corresponde à condição humana da pluralidade. A ação dos sujeitos depende da constante presença do outro. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política e é essa pluralidade que abastece especificamente a condição de toda vida pública. Podemos apontar uma distinção entre o privado e o público coincidente com a oposição entre a necessidade e a liberdade. Segundo Arendt (1958/2005), o significado mais elementar das duas esferas indica que há coisas que devem ser ocultadas e outras que necessitam ser expostas em público para que possam adquirir alguma forma de existência:

O que distinguia a esfera familiar era que nela os homens viviam juntos por serem a isso compelidos por suas necessidades e carências. O fato de que a manutenção individual fosse a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie fosse a tarefa da mulher era tido como óbvio; e ambas estas funções naturais, o labor do homem no suprimento de alimentos e o labor da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. A esfera da polis, ao contrário, era a esfera da liberdade, e se havia uma relação entre essas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na polis. (pp. 39-40)

A esfera privada significa aquilo que deve ser privado da realidade, ou seja, do que não pode ser visto e ouvido por outros e que é a favor da satisfação das necessidades. Nessa esfera não existe a relação objetiva com o público e as relações com as coisas, além da carência da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida por meio da transcendência pelas consequências de suas ações. A esfera privada é constituída por pessoas que se agrupam por meio de identificações ou grau de parentesco. Esse espaço apresenta dois pontos. O primeiro é o privativo, relacionado

à propriedade e à própria morada, o lugar onde o ser humano habita e que é, ao mesmo tempo, parte constitutiva do mundo e pertencente ao fenômeno político. O segundo ponto refere-se ao não-privativo, o lugar do nascimento e da morte e que, de certa forma, deveria ser escondido da esfera pública por conter aspectos ocultos aos olhos humanos e impenetráveis ao conhecimento humano.

A esfera pública significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Em segundo lugar, significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele (Arendt, 1958/2005). Aquilo que conseguimos tornar público, seja por meio do discurso ou da ação, garante a realidade do mundo e de cada sujeito. Percebemos, então, a presença do político constituído pelas duas esferas, cada qual com sua importância. A esfera privada com o oculto, as posições de sujeito, o agrupamento via identificações entre as pessoas e o inexplicável, sendo possível submeter-se a processos de significações, dando sentido à própria existência humana, corroborando para a formação da esfera pública por meio do discurso e das posições do sujeito político.

Segundo Arendt (1958/2005), o que parece estar ocorrendo atualmente é a decadência dessas duas esferas e a negação do mundo como fenômeno político. Essa negação só é possível quando consideramos que o mundo não durará, que as relações e as transformações do mundo em uma comunidade de coisas que reúne os seres humanos não estabelece relação de permanência e transcendência. O espaço público só pode ser construído pensando em transcender a duração da vida de homens mortais e não pode ser planejado somente para os que estão vivos. O que está em curso é o descaso pela perpetuação da humanidade e das atividades como, por exemplo, o trabalho que nos faz imortais por meio do produto e das significações decorrentes tanto para o trabalhador quanto para a sociedade. O trabalho e a ação devem ser mediados pelos símbolos e conceitos normativos, e pela dimensão política e identidade subjetiva (Scott, 1995), cujos elementos são fundamentais na *vita activa* e na manutenção e construção do mundo político. Sem essa transcendência para uma potencial imortalidade terrena, nenhuma política, no sentido restrito do termo, nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública são possíveis.

O labor, quando utilizado como sinônimo de trabalho, deixa a esfera privada, relacionada às necessidades vitais de cada indivíduo, ao oculto, ao irrelevante, para ocupar o espaço público. Essa tentativa de ampliar a esfera privada não ocorre e inicia-se o processo de decadência da mesma, pois o comum a todos não consegue abrigar o singular. Além disso, a esfera pública transforma-se numa esfera restrita de governo entendida como esfera social. A ação que deveria mediar as esferas anteriores não consegue executar sua função, pois as atividades realizadas por grande parte da sociedade são mediadas pelas condições estipuladas pelo sistema capitalista e, assim, perdem todo seu caráter político e de transcendência.

Como acreditarmos que na Grécia antiga os espaços comuns a todos e o individualizado tinham a mesma importância, e que a constituição do primeiro era determinada pelo segundo, mediado pela questão biológica dos corpos e das

necessidades advinda das relações entre homens e mulheres? E que as duas tinham o mesmo mérito para a sociedade, cada qual com sua especificidade? As funções e posições de mulheres e homens podiam ser consideradas de mesma importância. Conforme Arendt (1958/2005), a necessidade era um fenômeno pré-político característico da organização do lar privado. Nessa organização, o chefe da família tinha o poder pré-político e reinava sobre a família e escravos. Segundo Arendt, “Historicamente, é muito provável que o surgimento da cidade-estado e da esfera pública tenha ocorrido à custa da esfera privada da família e do lar” (p. 38). Mas a liberdade situava-se na esfera política à qual só os homens tinham acesso. Era dentro dos lares que as mulheres ficavam na maioria das vezes sem ocupar lugar algum na *polis*. É preciso questionar se a era moderna acelerou a saída das mulheres do espaço doméstico por necessidades econômicas e sociais, ou se as mulheres trabalhadoras emanciparam-se, ocupando cada vez mais espaços no mundo do trabalho e dedicando-se a diversas profissões até então permitidas apenas para os homens.

O fato de que a era moderna emancipou as classes operárias e as mulheres quase no mesmo momento histórico deve, certamente, ser incluído entre as características de uma era que já não acreditava que as funções corporais e os interesses materiais deviam ser escondidos. E é mais sintomático ainda da natureza destes fenômenos que os poucos vestígios remanescentes da estrita privacidade, mesmo em nossa própria civilização, tenham a ver com necessidades no sentido original de sermos carentes pelo fato de termos um corpo. (Arendt, 1958/2005, p. 83)

Assim, aquilo que era atribuído às mulheres como uma de suas funções relacionada ao corpo biológico, a perpetuação das espécies, não precisa mais ser ocultada. A inserção das mulheres no mundo do trabalho não pode ser pensada apenas como uma das formas de emancipação e luta por direitos iguais entre os sexos. Quando as mulheres se inserem no espaço da produção, estão entrando em um mundo de exploração e dominação masculina. Se no espaço privado havia o controle da mulher pela via do corpo biológico, no espaço público as vias de controle e dominação masculinas se transformam apoiadas no sistema capitalista em diversas formas, por exemplo, desigualdades salariais, feminização de algumas profissões e desvalorização do trabalho feminino. Isso nos faz pensar que o corpo da mulher está ocupando um lugar onde os homens já não estão mais presentes. Muitas vezes esses lugares são apropriados pelas mulheres a partir da permissão dos homens. A invisibilidade das mulheres ou de seus corpos no mundo do trabalho persiste na nossa sociedade influenciada pela forma como ocupamos esses espaços e pelos mecanismos sociais de dominação.

Para Rosaldo (1995), a divisão do espaço público e privado foi um produto inteligível de acomodação mútua da história e da biologia humana e, porque não, da construção científica preocupada com a origem das desigualdades entre os sexos/sexualidade. Eram delegadas às mulheres as funções de procriação e amamentação de seus filhos e, aos homens, a responsabilidade da produção. Essas seriam as raízes de uma penetrante desigualdade de gênero que antecede o aparecimento de três outros fatores que acentuam a divisão

das esferas pública e privada: fatores de ordem cultural, simbólica e de organização social, os quais atribuíram autoridade aos homens. Em relação às construções culturais, a divisão doméstico/público correspondia à discussão de Ortner (conforme citado por Rosaldo, 1995) sobre valorizações naturais *versus* valorizações culturais. Nos efeitos psicológicos, teríamos como resultado, mulheres criadas para serem mães nutrizas e os homens criados para rejeitarem e denegrirem os papéis das mulheres por terem sido criados por uma mulher.

As mulheres estavam limitadas a ocupar o espaço doméstico enquanto o poder estava no espaço público delegado aos homens. Sendo assim, mulheres e homens vão construindo suas identidades a partir de espaços pré-definidos culturalmente, além da influência da pertença a uma determinada classe social. Mas o processo de construção da identidade não é determinado apenas pelos espaços pré-determinados onde mulheres e homens transitam. Esse processo é influenciado pelas ações carregadas de sentidos que vão desconstruindo e construindo novos lugares por meio da interação social.

Segundo Haraway (2004), a divisão analítica entre o público e o privado foi criticada politicamente pelas mulheres de cor, como parte das tendências etnocêntricas e imperialistas dos feminismos europeus e euroamericanos. Os jogos da cultura e da dominação masculinas estão presentes nos dois espaços, alimentando as relações hierarquizadas e criando novas formas de privação de liberdade. Um exemplo dessas mutações a favor das desigualdades sociais é a feminização do trabalho. Esse termo é empregado ao trabalho, extremamente vulnerável, executado por mulheres ou por homens, capaz de ser desmontado e remontado, explorado como uma força de trabalho de reserva, em que as pessoas envolvidas são vistas menos como trabalhadoras/es e mais como servas/os (Haraway, 2000).

O objetivo central dessa pesquisa foi entender como as mulheres estão se inserindo e posicionando no mercado de trabalho. Buscou-se compreender os sentidos do trabalho e do curso profissionalizante de vestuário para as mulheres estudantes e trabalhadoras, cuja profissionalização está vinculada ao curso pós-técnico de vestuário do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Unidade Divinópolis/MG (CEFET/UnED-Divinópolis-MG). Uma das hipóteses que buscamos a comprovação foi a dificuldade das mulheres para integrar-se, mais efetivamente, no espaço político. Para comprovar nossa ideia foi necessário: situar o contexto institucional de formação das mulheres por meio de uma análise histórica da implantação e desenvolvimento do curso de vestuário do CEFET de Divinópolis; entender os sentidos do curso de vestuário para as alunas e ex-alunas atualmente profissionais do ramo de vestuário em diferentes momentos de suas trajetórias; e investigar as relações de gênero na trajetória profissional e o(s) sentido(s) do trabalho construído(s) pelas mulheres.

A análise do discurso foi o recurso teórico e metodológico utilizado para as reflexões e análises dos dados em questão. A Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO), criada por Norman Fairclough (1992/2001), propõe a análise textual, considerando três dimensões nas quais os discursos são constituídos: análise do texto, análise dos processos discursivos de produção e interpretação textual e a análise

social do evento discursivo, suas condições e efeitos sociais nos níveis situacionais, institucionais e societários. As formas linguísticas estão diretamente relacionadas aos processos de mudança social e cultural. A ADTO preocupa-se, principalmente, com as condições e possibilidades nas quais os discursos são elaborados. A perspectiva da ADTO é uma metodologia de análise mais ampla que vislumbra o objeto considerando as posições políticas que envolvem o contexto e os sujeitos observados como, por exemplo, as relações de poder, que neste trabalho estão relacionadas especificamente à análise das categorias gênero e trabalho, que permeiam os discursos.

O ponto mais importante da ADTO está relacionado ao discurso como forma de significação constitutiva do sujeito. Entende-se por constituição a produção, reprodução e transformação do sujeito social e da realidade por meio do seu discurso. Para Fairclough (1992/2001), as práticas discursivas devem ser consideradas a partir de uma perspectiva dialética, pois “A perspectiva dialética considera a prática e o evento contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas, as quais manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial e contraditória” (p. 94). A formação discursiva designa conjuntos de enunciados relacionados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas, considerando uma posição e um momento definido que traduz parte do dizível e acessível formando sistemas que constituem a identidade (Maingueneau, 2000). As estruturas sociais como, por exemplo, as escolas, são reproduzidas e transformadas não só pelo discurso dos sujeitos pertencentes ao meio, mas pela dinâmica do poder, bem como pelas relações sempre tensas e conflituosas do cotidiano. O discurso para Fairclough inclui referências a objetos pré-constituídos e a significação criativa e constitutiva dos objetos pelo sujeito. Para esse autor, a posição sobre o discurso e a subjetividade é dialética, pois “os sujeitos sociais constituídos não são meramente posicionados de modo passivo, mas capazes de agir como agentes, entre outras coisas, de negociar seu relacionamento com os tipos variados de discurso a que eles recorrem” (p. 87).

Segundo Fairclough (1992/2001), a abordagem da mudança discursiva combina concepções de texto e prática discursiva que deriva do conceito de intertextualidade de Bakhtin e uma concepção de poder que deriva da teoria de hegemonia de Gramsci. Ainda de acordo com Fairclough, “a hegemonia é concebida como um equilíbrio instável construído sobre alianças e a geração de consenso das classes ou grupos subordinados, cujas instabilidades são os constantes focos de lutas” (p. 85).

A materialidade do discurso pode ser entendida como a produção de sentidos descrita pela língua, na qual os interlocutores, a situação e o contexto histórico social e ideológico atribuem sentido ao enunciado. Esse enunciado pode ter diversas sequências verbais e extensões variáveis. Foi necessário compreendermos todo esse processo no qual o linguístico e o social se articulam.

Por meio do discurso, o indivíduo age sobre as pessoas e o ambiente como um modo de se expressar e de se posicionar frente aos fenômenos aos quais ele está direta ou indiretamente envolvido. O discurso pode ser visto como um espaço de luta, de tomada de posições dos sujeitos. Essa organização

discursiva estabelece uma ordem social para os sujeitos e para as instituições. Para as instituições, enquanto uma forma de organização das normas e das relações de poder, e para os sujeitos, o discurso possibilita um universo de significações do mundo, ou seja, de produção, reprodução e transformação dos objetos da vida social que o circundam.

Método

Esta pesquisa foi realizada entre os anos de 2004 e 2006, sendo que a coleta de dados foi efetuada no período de julho de 2005 a março de 2006. A pesquisa de campo foi dividida em três momentos: (1) pesquisas documentais; (2) entrevistas individuais com idealizadores, ex-diretores e diretora atual do CEFET/UnED-Divinópolis-MG; e (3) grupos focais com as mulheres trabalhadoras e estudantes cuja profissionalização estivesse vinculada ao curso técnico de vestuário dessa mesma escola

Pesquisas documentais

As pesquisas documentais e entrevistas individuais foram uma via que escolhemos para conhecer a história dos 12 anos de implantação e funcionamento do CEFET/UnED-Divinópolis-MG. Sentimos necessidade de conhecer essa história para podermos situar, historicamente, a trajetória das mulheres no curso de vestuário até a inserção das mesmas no mercado de trabalho. Durante a construção dessa história, privilegiamos como os cursos, principalmente o curso de vestuário, e a própria escola, foram fundados. Assim, pretendíamos investigar o que o CEFET/UnED-Divinópolis-MG oferece, em termos de formação profissional, aos estudantes do curso de vestuário. Esse levantamento foi necessário para, posteriormente, estabelecermos um paralelo entre as expectativas das mulheres em relação à sua formação e o exercício profissional das técnicas em vestuário.

Na pesquisa documental tivemos acesso a documentos relevantes sobre a implantação da escola. Os arquivos e o almoxarifado da escola, bem como toda a documentação que precisávamos, foram colocados à nossa disposição para a construção da história do CEFET/UnED-Divinópolis-MG. Desde o começo da pesquisa de campo, a direção da escola demonstrou interesse pela temática e nos pareceu interessada nos resultados e em sua contribuição para o curso técnico de vestuário e para a comunidade ‘cefetiana’ em geral. A diretora colocou-se à disposição para quaisquer explicações e novos encontros, quando solicitados pela pesquisadora, no decorrer da pesquisa. Entendemos que esses momentos de interesses e objetivos comuns, da pesquisadora e da direção da escola, em prol da comunidade, sobretudo da formação profissional e inserção no mercado das mulheres divinopolitanas, coincidem com um dos objetivos desta pesquisa: situar o contexto institucional de formação das mulheres através de uma análise histórica da implantação e desenvolvimento do curso de vestuário do CEFET/UnED-Divinópolis-MG. Uma etapa importante, nas pesquisas documentais, referiu-se à análise da grade curricular e do projeto pedagógico do curso técnico de vestuário para embasar discussões, principalmente

no que diz respeito à formação profissional oferecida a/aos suas/eus alunas/os.

Entrevistas individuais

Realizamos quatro entrevistas semi-estruturadas. Optamos por entrevistar, inicialmente, um funcionário do CEFET/MG que atualmente é o diretor de Relações Empresariais do CEFET/MG. Posteriormente, entrevistamos o ex-diretor e a atual diretora, assim como a diretora de ensino do CEFET/UnED-Divinópolis-MG. Essa escolha foi baseada em pesquisas documentais realizadas anteriormente, onde os nomes dessas pessoas apareciam com frequência nos documentos e conversas informais com funcionários, professores, ex-diretor e diretora do CEFET/MG. Essas pessoas trabalham no CEFET/MG, ocupando cargos distintos, o que possibilitou uma visão mais ampla da realidade na implantação do centro tecnológico em Divinópolis. Outra motivação em escolher essas pessoas foi a relação atual, direta ou indireta, dessas pessoas, com a instituição - *locus* da coleta de dados para esta pesquisa. Em 12 anos de funcionamento, o Centro Tecnológico de Divinópolis foi administrado por três diretores. Dentre eles, dois foram entrevistados, sendo que os mesmos dirigiram a escola por volta de 10 anos. Entrevistá-los foi importante para percebermos as dificuldades, progressos e, principalmente, entraves políticos que a escola, sobretudo o curso de vestuário, encontram na formação de suas/eus técnicas/os. Utilizamos, para todas as entrevistas, um roteiro flexível. Esse roteiro foi necessário apenas como base para circunscrever o objeto.

Grupos focais

Em um segundo momento, utilizamos a técnica do grupo focal com 13 mulheres estudantes e trabalhadoras do vestuário cuja profissionalização estivesse vinculada ao CEFET de Divinópolis. A técnica do grupo focal tem por objetivo captar, a partir das trocas realizadas no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações. Assim, possibilitamos às mulheres exporem as multiplicidades de pontos de vista e processos emocionais, pelo próprio contexto de interação criado, permitindo a captação de significados (Morgan & Krueger, 1993, conforme citado por Gatti, 2005). O grupo focal funcionou como *disparador* para novas questões e reflexões de todas as integrantes do grupo em torno de uma determinada problemática. A utilização dessa técnica foi devidamente filmada e gravada para que pudessemos obter o maior número de falas, pois os dados coletados nos encontros com as mulheres, via grupo focal, foram priorizados para a análise no que diz respeito aos sentidos do trabalho e do curso de vestuário na vida das mulheres. Inicialmente, tínhamos receio de que a filmadora pudesse constranger as mulheres ou interferir na interação do grupo. Mas isso não ocorreu. O uso desse tipo de registro foi importante para o momento da análise, durante o qual pudemos, por diversas vezes, assistir às discussões, sem nos restringirmos apenas às transcrições das discussões. Esse é um instrumento que recomendamos para a técnica do grupo focal, por ter enriquecido a análise

dos dados coletados. No início dos dois primeiros encontros foi aplicado um questionário onde cada mulher preencheu individualmente as perguntas contidas no documento. Esse instrumento foi utilizado com o objetivo de conhecermos as características sociais e econômicas das participantes, além de coletar informações específicas como, por exemplo, idade, estado civil, renda familiar e renda pessoal. Todas as pessoas que participaram dessa pesquisa, nas entrevistas individuais ou nos grupos focais, preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Foram contatadas por telefone 12 alunas que haviam acabado de ingressar no curso pós-técnico de vestuário, para compor o primeiro grupo. Nos contatos iniciais com essas participantes, e com as dos demais grupos focais, houve uma apresentação sucinta desta pesquisa e o convite para discutirmos assuntos relacionados ao curso, o trabalho e a inserção da mulher no mercado de trabalho. Esse encontro aconteceu na própria sede do CEFET/UnED-Divinópolis-MG, em horário estipulado pela pesquisadora, por entender que muitas mulheres trabalhavam e para aproveitar um período em que os Centros Tecnológicos estavam em greve, inclusive a unidade de Divinópolis. Das 12 alunas convidadas, apenas seis compareceram e participaram das discussões.

Outras 12 alunas foram contatadas por telefone para compor o segundo grupo. Essas alunas haviam terminado o curso há aproximadamente seis meses, pelo menos a parte teórica. Para a parte prática, que seria o estágio obrigatório, não havia dados na secretaria da escola que pudessem confirmar o cumprimento ou não, das ex-alunas, dessa atividade. As mulheres desse grupo tinham sido alunas da disciplina Relações Interpessoais, ministrada por esta pesquisadora, por um período de seis meses. O encontro foi realizado na própria sede do CEFET/UnED-Divinópolis-MG. O mesmo horário do grupo anterior foi estipulado pela pesquisadora, pelo mesmo motivo, qual seja, beneficiar as mulheres que trabalhavam durante o dia. Das 12 alunas convidadas, apenas seis compareceram e participaram das discussões.

Para compor o terceiro grupo, as participantes que compareceram aos encontros do primeiro e segundo grupos foram convidadas para um novo encontro, agora em conjunto. Pretendíamos, com essa integração das participantes do primeiro e segundo grupos, detectar os diferentes discursos existentes nos distintos momentos em que essas mulheres se encontravam, com a pretensão de verificar as continuidades de comportamentos arraigados socialmente e/ou as mudanças discursivas e sociais em que essas mulheres estariam envolvidas quando resolviam, conscientemente ou não, ocuparem lugares na esfera pública. Além disso, pretendíamos possibilitar às mulheres o compartilhamento das vivências sobre o trabalho. No início desse encontro, uma aluna iniciante do curso pós-técnico de vestuário, que não havia comparecido ao encontro do primeiro grupo por motivos particulares, pediu para participar da reunião. Esse grupo se reuniu no mesmo horário e na mesma sala dos encontros anteriores dos outros grupos. Das 12 alunas convidadas, 11 compareceram.

Os grupos focais foram coordenados pela pesquisadora, que contou com a presença de duas observadoras para auxiliarem na condução dos encontros, ambas ex-alunas do curso de psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Resultados e Discussão

Entendemos o discurso enquanto uma prática política que posiciona as mulheres dentro das esferas pública e privada, principalmente nas questões concernentes ao gênero. Para compreendermos os sentidos do trabalho e do curso de vestuário precisamos ponderar o que tem sido silenciado nas vidas individuais dessas mulheres como, também, aquilo que foi e ainda é permitido que essas mulheres falem em determinados contextos sociais, reproduzindo um discurso masculino que muitas vezes inibe as falas e ao mesmo tempo silencia as mulheres.

Percebemos que, na história do CEFET/UnED-Divinópolis-MG, a inserção das mulheres no mercado de trabalho da cidade está atravessada por lutas de poder constantes, seja para manter ou para romper alianças pré-existentes. Frente aos dados coletados, foi imprescindível uma compreensão das ideologias que apareceram nos discursos das mulheres, assim como na história de idealização, implantação, fundação e manutenção dessa escola, face à formação profissional das mulheres técnicas em vestuário.

As análises partem da contextualização das relações de gênero existentes na escola profissionalizante e no mundo do trabalho no setor fabril. Se, por um lado, o trabalho na contemporaneidade pode contribuir para a luta política e o processo de emancipação, por outro, pode possibilitar a alienação, na medida em que representa um fim em si mesmo na forma de emprego, não atuando como uma atividade de auto-realização do sujeito. Isso é acentuado pela categorização que ocorre neste setor, onde as mulheres podem trabalhar dentro da indústria, na facção ou no domicílio, sendo que este último apresenta o maior número de trabalhadoras.

A falta de reconhecimento e espaço no mercado de trabalho para a profissional técnica em vestuário interfere, também, na possibilidade de construção de um projeto político de luta por direitos iguais por parte dessas mulheres engajadas no processo de emancipação pela via do trabalho. De certa forma, as mulheres depositam nesse curso algumas expectativas em relação às suas vidas pessoais e profissionais. Na maioria dos casos, esses objetivos não são alcançados e um dos motivos para tal refere-se à lacuna existente entre a formação oferecida no curso técnico de vestuário e a colocação do profissional no mercado de trabalho na cidade de Divinópolis/MG.

Procedemos, assim, na tentativa de compartilhar com ideias de algumas/uns pesquisadoras/res que debatem a questão de gênero. A consciência política feminista deve usar a potencialidade das mulheres como cidadãs e sua realidade histórica como um poder coletivo e democrático e não se reservar a processos individuais e descontextualizados. Por isso, as conclusões que este trabalho apresenta só podem ser entendidas considerando o contexto histórico e as formações subjetivas que proporcionaram as construções em torno do tema gênero e trabalho.

Para as estudantes do curso técnico de vestuário, há uma expectativa em torno do que o curso técnico pode proporcionar para suas vidas. Elas acreditam que o CEFET de Divinópolis pode fornecer subsídios para estarem aptas ao mercado de trabalho. A profissão de técnica em vestuário representa, para elas, possibilidades de ascensão social. Em momento algum colocam a responsabilidade do pretendi-

do sucesso profissional apenas na instituição formadora e capacitadora de técnicas/os em vestuário. As mulheres percebem que também são responsáveis por esse processo e, de formas diversas, constroem objetivos para suas vidas, paralelamente aos anos que serão dedicados à formação técnica. No que diz respeito à inserção das mulheres no mercado de trabalho, percebem que muitos paradigmas já foram superados, mas que as mulheres ainda sofrem muitos preconceitos. Mas esse pensamento parece ainda não ter adquirido uma conscientização política, pois o preconceito é listado de forma generalizada e as produções discursivas do primeiro grupo (estudantes do primeiro ano) não indicam um compartilhamento de uma situação política que é comum a elas também. O sentido do trabalho fora dos domicílios, para essas mulheres, traz uma ideia de liberdade, que possibilitaria uma maior autonomia em relação às suas vidas. Além disso, o trabalho é indispensável no que diz respeito à questão da sobrevivência, à ocupação e a se sentirem úteis a partir do momento que percebem que podem produzir algo. Condicionam à atividade de trabalhar as possibilidades de ampliar o convívio social.

As ex-alunas do curso técnico de vestuário reconhecem que o CEFET de Divinópolis foi importante para suas vidas. Por meio da formação de técnica em vestuário, puderam aprender muitas das atividades exigidas para essa ocupação profissional. Mas elas também nos apresentam duas infelizes constatações. Muitas delas não conseguem ter o diploma de técnicas de vestuário, pois não conseguem cumprir a carga horária prática exigida, e sentem que perderam tempo em relação aos anos dedicados à sua formação profissional. Essa queixa remete à segunda constatação, a saber, nenhuma delas se encontra, nesse momento, empregada como técnica de vestuário. Dito de outra forma, elas depositam na escola técnica a maior responsabilidade por não estarem exercendo a profissão, devido ao fato dessa instituição de ensino não desenvolver parcerias com as empresas do setor. Isso dificulta o cumprimento do estágio obrigatório, assim como a absorção, pelo mercado de trabalho, das mulheres formadas no CEFET de Divinópolis. Em relação à escola, percebem que a mesma precisa se adequar à realidade da cidade de Divinópolis, bem como ampliar e modernizar sua estrutura física, o que, segundo elas, possibilitará uma melhor formação da/o aluna/o. As mulheres sugerem uma reestruturação do curso, a fim de haver maior integração entre teoria e prática. Se no início do curso a profissão representava para elas possibilidades de ascensão social, com o tempo perceberam que o curso técnico está longe de garantir uma posição no mercado.

No grupo de ex-alunas, as duas mulheres que trabalham no setor desempenham atividades relacionadas à profissão de costureiras. O que essas mulheres nos trazem é que na cidade de Divinópolis há escassez de emprego para técnicas em vestuário e uma oferta elevada para outras atividades como, por exemplo, costureiras e arremateiras. O contexto aponta para a substituição de uma mão de obra qualificada, formação adquirida dentro de uma escola profissionalizante, pelo conhecimento empírico adquirido ao longo da vida.

O sentido do trabalho, para as ex-alunas, traz uma ideia de liberdade. Percebemos que a liberdade está associada ao desejo de serem cidadãs. A importância do trabalho fora dos domicílios corresponde a uma necessidade que tem sido

colocada em prática por essas mulheres. Trabalhar é uma tentativa de sair do lugar de invisibilidade, para se tornarem sujeitos políticos e compartilharem direitos e deveres e, dessa forma, serem ouvidas e vistas por todas/os. Assim, as mulheres trabalhadoras, sobretudo cidadãs, praticam uma política democrática por meio das experiências compartilhadas. Mas essa liberdade ainda está associada a uma falsa ideia que foi construída socialmente, qual seja, que as mulheres conseguiriam ser livres, independentes e autônomas a partir do trabalho no espaço público. Além disso, o trabalho também proporciona satisfação pessoal, independência, investimento em suas vidas profissional e pessoal.

Compreendemos que entre os dois grupos, estudantes e trabalhadoras do vestuário, há formações discursivas distintas a respeito de um mesmo tema. Isso se confirma no encontro do terceiro grupo (estudantes do primeiro ano e ex-alunas), quando no início das discussões aconteceu certo enfrentamento e embate de ideias pré-concebidas pelos dois subgrupos. Ao longo da discussão, essa situação se dissolve, na medida em que as mulheres interagem e começam a refletir e expor suas experiências. Estudantes e ex-alunas se identificam em um mesmo problema e percebem a dificuldade de exercerem a profissão de técnica de vestuário na cidade de Divinópolis.

Esse problema é discutido entre elas, considerando que muitos fatores interferem nessa problemática. O terceiro grupo percebe que a responsabilidade dessa situação deve ser dividida com o CEFET de Divinópolis, que precisa se empenhar para que as/os técnicas/os em vestuário formadas/os nessa escola sejam absorvidas/os pelo mercado de trabalho. E, por outro lado, reconhecem que precisam se unir para reivindicar um curso mais condizente com as expectativas e ofertas do mercado de trabalho. Essas trocas relacionais contribuem para a formação do sujeito coletivo que busca a resolução dos assuntos e questões em prol da comunidade. Para tal, percebem que é necessário desenvolver uma visão mais crítica da realidade da qual fazem parte.

Nos que diz respeito ao CEFET de Divinópolis, constatamos que a escola ainda passa por um processo de estruturação. É uma escola relativamente nova, com pouco mais de 10 anos de funcionamento e que vem construindo ao longo desses anos sua filosofia de ensino. Entendemos que há uma distância entre o discurso e a prática daquilo que os CEFETs têm como missão educacional. No caso do CEFET de Divinópolis, isso é perceptível em relação ao curso de vestuário. Os interesses das/os alunas/os desse curso não condizem com o que o CEFET de Divinópolis atualmente oferece como formação, a qual também, não atende às necessidades dos empresários da região. Compreendemos que tanto a missão quanto o objetivo dos CEFETs consistem em formar cidadãs/ãos profissionais qualificadas/os e empreendedoras/es, capazes de contribuir ativamente para as transformações do meio empresarial e da sociedade, não podendo direcionar o ensino para um trabalho específico e para o setor privado. Mas entendemos também que, atualmente, em relação ao curso técnico de vestuário, nenhuma dessas duas características está sendo colocada em prática. Nesse sentido, o CEFET de Divinópolis necessita buscar medidas que visem uma maior articulação entre o Estado, empresários, alunas/os e a própria comunidade acadêmica, para gradativamente

diminuir a lacuna existente entre a formação oferecida no curso técnico de vestuário e a colocação da/o profissional no mercado de trabalho.

Referências

- Abramo, L. (2000). A situação da mulher latino-americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. Em D. G. Delgado, P. Cappellin & V. Soares (Orgs.), *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa* (pp. 111-134). São Paulo: Boitempo.
- Arendt, H. (2005). *A condição humana* (R. Raposo, Trad.) (10ª ed). Rio de Janeiro: Forense Universitária (Trabalho original publicado em 1958).
- Bruschini, M. C. (1985). *Mulher e trabalho. Década da mulher*. São Paulo: Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social* (I. Magalhães, Trad.). Brasília: Editora Universidade de Brasília (Trabalho original publicado em 1992).
- Fonseca, T. M. G. (2000). *Gênero, subjetividade e trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Galvão, P. (1995). *Parque industrial* (3ª ed.). Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Gatti, B. A. (2005). *Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Brasília: Liber Livro Editora.
- Haraway, D. (2000). Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. Em T. T. da Silva (Org.), *Antropologia do Ciborgue. As vertigens do pós-humano* (pp. 37-129). Belo Horizonte: Autêntica.
- Haraway, D. (2004). "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, 22, 201-246.
- Macedo, C. V. (1985). *Diferenciação ocupacional e salarial do operariado feminino. "Vis-a-Vis" o masculino na indústria brasileira*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Maingueneau, D. (2000). *Termos-chave da análise do discurso* (M. V. Barbosa & M. E. A. T. Lima, Trans.). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Martins, L. M. (2005). Psicologia sócio-histórica: o fazer científico. Em A. A. Abrantes, N. R. da Silva & S. T. F. Martins (Orgs.), *Método histórico-social na Psicologia Social* (pp. 122-146). Rio de Janeiro: Vozes.
- Marx, K. (1968). *O capital: crítica da economia política* (R. Barbosa e F. R. Kothe, Trans.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Trabalho original publicado em 1867).
- Rosaldo, M. (1995). O uso e o abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*, 1, 10-36.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99.
- Thebaud, F. (1991). *História das mulheres no Ocidente*. Porto Alegre: Edições Afrontamento.

Recebido em 18.11.07

Primeira decisão editorial em 30.06.08

Versão final em 20.03.09

Aceito em 02.04.09 ■